

NOTA

de : Secretariado

para : Convenção

Assunto: Grupos de Trabalho: segunda série

1. Em 17 de Maio, o Praesidium comunicou à Convenção (documento CONV 52/02) os mandatos do primeiro conjunto de seis Grupos de Trabalho e convidou os interessados em participar nestes grupos a manifestarem-se. Em 11 de Julho, o Presidente informou a Convenção de que o Praesidium considerara oportuno criar, a partir de Setembro, um segundo conjunto de quatro Grupos de Trabalho suplementares.
2. Junto se enviam, no Anexo, os mandatos dos Grupos sobre a Acção Externa e a Defesa, redigidos à luz dos resultados do debate plenário de 11/12 de Julho. Envia-se também em anexo o mandato do Grupo sobre a Simplificação dos Procedimentos Legislativos e dos Instrumentos, que foi formulado tendo em conta o primeiro debate da Convenção sobre os instrumentos, realizado em 23/24 de Maio (ver documento CONV 162/02), e que, se necessário, será revisto em função do debate de 12/13 de Setembro. Junto se envia ainda, para maior comodidade dos membros da Convenção, o mandato do Grupo sobre a Segurança e Justiça, já divulgado anteriormente – CONV 179/02.

3. Foram acordadas as seguintes disposições:

Grupo VII	Acção Externa
Presidente:	Vice-Presidente Dehaene
Prazo:	início de Dezembro
Secretariado:	Giannella, van den Heuvel, de Peyron, Pilette
Grupo VIII	Defesa
Presidente:	M. Barnier
Prazo:	Novembro
Secretariado:	Giannella, Milton, Schiavo, Bartol
Grupo IX	Simplificação
Presidente:	Vice-Presidente Amato
Prazo:	início de Dezembro
Secretariado:	Martinez, Arpio, Bribosia
Grupo X	Segurança/Justiça
Presidente:	J. Bruton
Prazo:	Novembro
Secretariado:	Passos, de Poncins, Ladenburger

4. Tal como anteriormente, o critério segundo o qual se deverá orientar a composição dos grupos de trabalho é o das competências específicas. O Praesidium convida os membros titulares e suplentes, bem como os observadores, da Convenção a manifestarem o seu interesse em participarem num dos quatro novos grupos de trabalho (indicando a ordem de preferência caso estejam interessados em mais de um grupo). Esta informação deverá ser comunicada até terça-feira, 3 de Setembro, ao Secretariado da Convenção, à atenção de Maria José Martinez Iglesias (e-mail: maria-jose.martinez-iglesias@consilium.eu.int / fax: + 32 2 285 5060). Com base nos elementos acima referidos, a composição dos grupos será fixada pelo Praesidium, de modo a garantir os equilíbrios indispensáveis entre os elementos constituintes e os quatro novos grupos a criar formalmente na sessão plenária de 12/13 de Setembro.

Grupo de Trabalho (VII) sobre a Acção Externa

Presidente : Vice-Presidente Dehaene

MANDATO

1. De que forma devem ser definidos e formulados os interesses da União?
2. Como assegurar a coerência da actuação da União, coordenando todos os instrumentos de que dispõe (incluindo a ajuda ao desenvolvimento, a acção humanitária, a assistência financeira, a política comercial, etc.)?
3. Como garantir que o processo de tomada de decisões permita que a União actue de forma rápida e eficaz na cena internacional? Em que medida poderá o recurso ao método comunitário ser alargado a outros domínios de acção e tornado mais eficaz? De que modo se poderá flexibilizar a regra da unanimidade?
4. Que ensinamentos poderão ser retirados da experiência adquirida com a criação do lugar de Alto Representante para a PESC? Que margem de iniciativa lhe poderá ser reconhecida? Como assegurar que disponha dos necessários recursos, inclusive financeiros?
5. Que alterações às disposições tomadas para a representação externa da União poderiam reforçar a sua influência a nível internacional? De que forma se poderia alcançar uma melhor sinergia entre a actividade diplomática da União e a dos Estados-Membros?

Grupo de Trabalho (VIII) sobre a Defesa

Presidente: Michel Barnier

MANDATO

1. Para além das missões de Petersberg, que outras missões se poderiam prever para a União em matéria de defesa?
2. Uma vez que a União decidiu dotar-se de uma verdadeira capacidade operacional, inclusive de uma capacidade militar, como assegurar que os Estados-Membros disponham das capacidades militares necessárias para garantir a credibilidade da política de defesa da União? Inspirando-nos no que foi feito para a União Monetária, deveremos prever a criação de critérios de admissão e o estabelecimento de um pacto que deverá posteriormente ser respeitado?
3. Dever-se-á prever a possibilidade de alargar a cooperação reforçada ao domínio da defesa?
4. Como garantir um processo de tomada de decisão rápido durante a condução de uma operação de gestão de crise?
3. Como assegurar a coerência da planificação das operações de gestão de crises conduzidas pela União?
4. De que forma assegurar uma maior eficácia e economia de escala na aquisição, na investigação e no desenvolvimento de armas? Será necessário prever, neste contexto, a criação de uma Agência Europeia do Armamento?

Grupo de Trabalho (IX) sobre a Simplificação dos Procedimentos Legislativos e dos Instrumentos

Presidente: Vice-Presidente Amato

MANDATO

1. Como reduzir o número de procedimentos legislativos previstos pelo Tratado? Poder-se-ão simplificar determinados procedimentos?

Em especial:

- Suprimindo o processo de cooperação?
- Generalizando, em matéria legislativa, o processo de co-decisão?
- Estendendo a maioria qualificada a todas as bases jurídicas que prevêm a co-decisão?
- No caso do processo de co-decisão, simplificando os procedimentos previstos para as reuniões do Comité de Conciliação? Que outras simplificações se poderiam prever?
- Como se poderia simplificar o processo orçamental? Dever-se-á, nomeadamente, manter um tratamento diferenciado das diversas categorias de despesas?

2. Como reduzir o número de instrumentos jurídicos referidos nos Tratados? Será possível dar-lhes uma designação que indique mais claramente o seu efeito?

Grupo de Trabalho (X) sobre o Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Presidente: John Bruton

MANDATO

1. Que tipo de melhoramentos deveriam ser introduzidos nos Tratados, por forma a favorecer a verdadeira criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça em todas as suas vertentes?
2. Em particular, que tipo de melhoramentos deveriam ser introduzidos nos instrumentos e procedimentos?
3. Por exemplo, de que modo poderiam identificar-se melhor as questões do domínio penal que requerem uma acção a nível da União? Em que moldes seria possível intensificar a cooperação judiciária em matéria penal?
4. Que adaptações poderiam também ser feitas nas disposições do Tratado que definem a competência comunitária, nomeadamente, em matéria de imigração e de asilo?
